



Simulado Especial

ISS CUIABÁ

CARGO: AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO
DA RECEITA MUNICIPAL - PÓS-EDITAL

Simulado

Simulado Especial ISS Cuiabá (Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal da ISS Cuiabá - MT**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/5w1tDfJLraQg1a9d6>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE	101 - ABCDE	121 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE	102 - ABCDE	122 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE	103 - ABCDE	123 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE	104 - ABCDE	124 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE	105 - ABCDE	125 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE	106 - ABCDE	126 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE	107 - ABCDE	127 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE	108 - ABCDE	128 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE	109 - ABCDE	129 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE	110 - ABCDE	130 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE	111 - ABCDE	131 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE	112 - ABCDE	132 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE	113 - ABCDE	133 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE	114 - ABCDE	134 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE	115 - ABCDE	135 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE	116 - ABCDE	136 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE	117 - ABCDE	137 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE	118 - ABCDE	138 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE	119 - ABCDE	139 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE	120 - ABCDE	140 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/Y4or>

PROVA I**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

01. Leia o fragmento textual a seguir.

"Paris é uma cidade encantadora, com sua arquitetura elegante, gastronomia refinada e uma grande riqueza cultural. Caminhar pelas suas ruas é uma experiência única e enriquecedora, que permite descobrir novos tesouros a cada esquina."

O texto acima deve ser classificado como

- a) dissertativo-argumentativo.
- b) dissertativo-expositivo.
- c) narrativo.
- d) descritivo.
- e) Injuntivo.

02. "Minha mãe almoçou naquele restaurante árabe domingo passado e à noite teve febre; restaurantes árabes são estabelecimentos pouco higiênicos";

O raciocínio acima ilustra uma falácia identificada como

- a) confusão causa/efeito;
- b) analogia indevida;
- c) estereótipo
- d) generalização;
- e) raciocínio circular.

03. Assinale a frase em que o termo sublinhado está retomado por um grupo nominal.

- a) Cada um de nós é responsável pelo seu próprio destino.
- b) Um homem pode resistir às tentações; um homem sábio vai evitá-las.
- c) Sempre amei todos os animais, especialmente cachorros.

d) Novos alunos se matricularam, os recém-chegados estão animados.

e) Não quero alguém que aponte problemas, mas que os resolva.

04. Indique a alternativa em que não ocorre redundância.

- a) Adiaremos o evento para depois por causa do temporal.
- b) Notei que os clientes entraram para dentro da loja.
- c) Ter certeza absoluta é sempre sinal de arrogância.
- d) Não devíamos dar bons conselhos de graça.
- e) Os preços caíram vertiginosamente nos últimos dias.

05. A coerência e a coesão de um texto são construídas também por meio de retomadas, de tipos variados, de outros elementos.

Assinale a opção em que a retomada do termo sublinhado é feita por meio de um elemento de classe gramatical diferente dos demais.

- a) Aquele que negligencia seu emprego, perde-o.
- b) Há poucas amizades às quais vale a pena se dedicar.
- c) Todos perguntam o que compro, nunca o que faço.
- d) O poema vale mais do que o papel no qual foi escrito.
- e) Na mente está a alegria, mas ali está a fábrica da dor.

06. Os adjetivos, em língua portuguesa, podem indicar estados, características, qualidades e relações.

Assinale a frase em que o adjetivo sublinhado indica característica.

- a) Um livro interessante nunca tem muitas páginas.
- b) O homem cansado não pensa claramente.
- c) A remuneração anual aumenta para se manter.
- d) O terno preto o fazia parecer solene.
- e) Nenhum escritor brasileiro ganhou um Nobel.

07. Assinale a frase que mostra dois vocábulos em oposição semântica (antônimos).

- a) Todos querem chegar ao topo, poucos sobem a montanha.
- b) Melhor estar na solidão do que na superlotação.
- c) Se todos veem o mesmo, ninguém está vendo nada.
- d) Quando tudo está perdido, sempre existe uma luz.
- e) Aprendemos com nossos erros e com os de nossos pais.

08. As frases a seguir mostram formas do verbo TER. Assinale a frase em que a substituição dessas formas por outro verbo de valor semântico mais específico é feita de forma adequada.

- a) Na vida, não tem espaço para desculpas, apenas resultados. / ocorre.
- b) No teatro e na convivência, todos têm seu papel. / apresentam
- c) Se você a quer feita já, dê a tarefa quem não tem tempo. / dispõe de
- d) Os desempregados têm muito tempo livre. / usufruem
- e) A mídia tem carinho por quem mente para os pobres. / exerce

09. Na maioria das frases, a palavra **ainda** mostra valor semântico de tempo. Assinale a frase que não mostra esse valor.

- a) O diretor ainda não chegou.
- b) Na hora do acidente, ela ainda não chegara.
- c) Ainda agora estávamos todos felizes.
- d) Hoje, a jovem trabalha fora ainda cuida do filho.
- e) Sei, inclusive, que ainda serei aprovado.

10. Assinale a frase em que o valor semântico da preposição ANTE é diferente do das demais frases.

- a) Ante as chuvas, os voos todos foram cancelados.

b) O homem, incredivelmente, estava ante seus olhos.

c) Ante tamanho talento, o sucesso foi inevitável.

d) O juiz, ante a urgência, deferiu tutela antecipada.

e) Ante o risco de ruína, é preciso investir cautelosamente.

RLM E MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

11. Considere a afirmação:

“Com um carro de luxo, todo homem é elegante ou autêntico.”

A negação dessa afirmação é:

- a) Sem um carro de luxo, todo homem é elegante ou autêntico.
- b) Com um carro de luxo, todo homem não é elegante nem autêntico.
- c) Sem um carro de luxo, algum homem não é elegante nem autêntico.
- d) Com um carro de luxo, algum homem é elegante ou autêntico.
- e) Com um carro de luxo, algum homem não é elegante nem autêntico.

12. Em uma pesquisa realizada entre auditores fiscais da Secretaria Municipal de Fazenda de Cuiabá, verificou-se que 280 auditores são proprietários de 320 carros. Sabendo-se que dentre os 280 auditores temos 160 homens e 120 mulheres, é necessariamente correto que

- a) ao menos uma auditora mulher é proprietária de carro.
- b) cada auditor homem possui, no máximo, dois carros.
- c) ao menos 20 auditores possuem mais do que um carro.
- d) ao menos um auditor possui mais do que um carro.
- e) há algum auditor que não possui carro.

13. Para resolver o problema, utilize, se necessário, a tabela de fator de valor atual a seguir.

n	1,00%	2,00%	3,00%	4,00%	5,00%
1	0,9901	0,9804	0,9709	0,9615	0,9524
2	1,9704	1,9416	1,9135	1,8861	1,8594
3	2,9410	2,8839	2,8286	2,7751	2,7232
4	3,9020	3,8077	3,7171	3,6299	3,5460
5	4,8534	4,7135	4,5797	4,4518	4,3295
6	5,7955	5,6014	5,4172	5,2421	5,0757
7	6,7282	6,4720	6,2303	6,0021	5,7864
8	7,6517	7,3255	7,0197	6,7327	6,4632
9	8,5660	8,1622	7,7861	7,4353	7,1078
10	9,4713	8,9826	8,5302	8,1109	7,7217
11	10,3676	9,7868	9,2526	8,7605	8,3064
12	11,2551	10,5753	9,9540	9,3851	8,8633

Um indivíduo comprou uma geladeira em 10 prestações mensais sucessivas no valor de R\$ 300,00 cada, com a primeira prestação a ser paga no ato. Sabendo-se que a taxa de juros é de 3% ao mês, o valor presente da geladeira é

- a) R\$ 2559,06
- b) R\$ 2581,46
- c) R\$ 2635,83
- d) R\$ 2668,24
- e) R\$ 2725,12

14. Considerando-se a taxa de juros mensal i no regime de capitalização composto, a taxa instantânea mensal equivalente no regime de capitalização contínuo é:

- a) $\ln(1+i)$
- b) $\ln(1-i)$
- c) e^{-i}
- d) $e^i + 1$
- e) $e^i - 1$

15. Pedro efetuou um empréstimo de R\$ 50.000,00 à taxa de juros compostos de 24% ao ano capitalizados mensalmente. O empréstimo será amortizado em um ano, com parcelas mensais que aumentam 0,5% ao mês, com o primeiro pagamento realizado um mês após a contratação

do empréstimo. O valor aproximado da primeira parcela é:

$$\text{Dados: } (1,02)^{12} \cong 1,27$$

$$(1,005)^{12} \cong 1,06$$

- a) R\$ 4384,82
- b) R\$ 4535,71
- c) R\$ 4784,12
- d) R\$ 4913,90
- e) R\$ 5110,15

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

O ENUNCIADO A SEGUIR REFERE-SE ÀS QUESTÕES 16, 17 E 18.

Na Strategy Land, a probabilidade p de um professor engordar é igual a 0,25. Essa estimativa foi obtida com base em um levantamento por amostragem aleatória simples de 1.875 professores.

Sabendo que $P(Z < -2) = 0,025$, em que Z representa a distribuição normal padrão, julgue os itens que seguem, em relação a essa situação hipotética.

16. Em um grupo formado aleatoriamente por 5 professores, com reposição, estima-se que a probabilidade de que apenas um deles engorde é igual a

- a) 405/1024
- b) 407/1024
- c) 409/1024
- d) 411/1024
- e) 413/1024

17. Se X seguir uma distribuição binomial com parâmetros $n = 500$ e probabilidade de sucesso p , calcule a estimativa da variância.

- a) 91,25
- b) 92,75
- c) 93,75
- d) 94,65
- e) 95,45

18. A estimativa intervalar de 95% de confiança do parâmetro populacional p possui amplitude igual a:

- a) 0,02
- b) 0,04
- c) 0,06
- d) 0,08
- e) 1,0

Os diâmetros de arruelas são normalmente distribuídos com média μ igual a 10 centímetros. Observa-se que 84% das peças da população possuem um diâmetro inferior a 12,5 centímetros.

Dados: Escore reduzido da curva normal padrão (Z) tal que a probabilidade $P(0 < Z < z) = \alpha$.

z	0,84	1,00	1,28	1,56	1,64
α	0,30	0,34	0,40	0,44	0,45

Baseado no texto, responda as questões 19 E 20

19. O valor do desvio padrão dos diâmetros das peças, em centímetros, é igual a:

- a) 2,0
- b) 2,5
- c) 3,0
- d) 3,5
- e) 3,6

20. Se 80% das arruelas possuem um diâmetro superior a D centímetros, então, D é igual a

- a) 6,5.
- b) 6,7.
- c) 7,4.
- d) 7,9.
- e) 8,1.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

21. Pode-se afirmar que é característica inerente ao contrato de parceria público-privada (Lei 11.079/2004):

- a) período de prestação do serviço compreendido entre 5 e 30 anos.
- b) ter como objeto único a execução de obra pública, desde que seja de grande vulto.
- c) existência de contraprestação do poder público ao parceiro privado, em ambas as modalidades, admitida a variabilidade remuneratória.
- d) alteridade de riscos em desfavor do parceiro privado.
- e) utilização de critérios subjetivos de avaliação do desempenho do parceiro privado.

22. Segundo dispõe a Lei 14.133/2021, as licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar uma série de normas, com exceção de:

- a) utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais.
- b) avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística.
- c) disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas.
- d) mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental.
- e) proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, exclusivamente por meio da avaliação do impacto direto causado pelas obras contratadas, sendo desnecessário a consideração do impacto indireto.

23. Considere os seguintes enunciados sobre bens públicos, de acordo com a doutrina e a legislação brasileira, especialmente o Código Civil e a Constituição Federal:

- I. Bens públicos de uso comum do povo são aqueles que, embora pertençam ao Estado, estão destinados ao uso direto e imediato pela coletividade, como praças e ruas.
- II. Bens públicos dominicais são aqueles que o Estado possui, embora possa aliená-los seguindo as condições legais.
- III. Bens públicos são imprescritíveis e impenhoráveis, significando que eles não podem ser adquiridos por particulares por meio de usucapião e não estão sujeitos a penhora para pagamento de dívidas.
- IV. É permitida a alienação de bens de uso especial, desde que o interesse público seja demonstrado e exista autorização legislativa.
- V. As águas dos rios e lagos são bens públicos de uso especial, de domínio exclusivo da União, e sua

alienação pode ocorrer conforme autorização legal.

Com base nos enunciados acima, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os enunciados I e III estão corretos.
- b) Apenas os enunciados II e IV estão corretos.
- c) Apenas os enunciados I, II e III estão corretos.
- d) Apenas os enunciados II, IV e V estão corretos.
- e) Apenas os enunciados I, III e IV estão corretos.

24. A respeito da remuneração dos agentes públicos e da acumulação remunerada de cargos públicos, assinale a alternativa correta:

- a) A vedação à acumulação remunerada de cargos públicos não é estendida à Administração Pública indireta.
- b) Havendo desrespeito flagrante ao princípio constitucional da isonomia, o poder Judiciário pode aumentar vencimentos de determinada categoria do funcionalismo.
- c) A Constituição Federal permite a acumulação de dois cargos de saúde, uma vez verificada a compatibilidade de horário, inclusive permitindo-se a dupla aposentadoria.
- d) O servidor estatutário ao ser investido no cargo de governador poderá optar pela remuneração.
- e) É vedada a acumulação remunerada de dois cargos públicos de professor quando a remuneração de ambos resultar em montante superior ao do teto constitucional.

25. A respeito do ANPC (Acordo de Não Persecução Cível) previsto na Lei 8.429/1992, com redação dada pela Lei 14.230/2021, é correto afirmar que:

- a) Será celebrado pelo ente federativo lesado, mediante obrigatória oitiva judicial.
- b) Exige homologação judicial desde que se trate de acordo celebrado após o ajuizamento da ação judicial de improbidade administrativa.
- c) É constitucional a utilização da colaboração premiada, no âmbito civil, em ação civil pública por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público.
- d) Permitirá a redução em até 20% do valor a ser ressarcido ao erário.
- e) Não poderá ser celebrado após o ajuizamento da ação por improbidade.

26. À luz do disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
- b) As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.
- c) A decisão que estabelecer, na via administrativa, controladora ou judicial, interpretação sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.
- d) As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas, instrumentos que terão caráter vinculante em

relação ao órgão que se destinam, até que ocorra revisão posterior.

- e) Em qualquer órgão público, a edição de atos normativos por autoridade administrativa poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, inclusive os atos de mera organização interna.

27. Quanto às empresas públicas e sociedades de economia mista, assinale a alternativa correta:

- a) sociedades de economia mista e empresas públicas poderão lançar debêntures ou outros títulos ou valores mobiliários, conversíveis em ações.
- b) sua responsabilidade civil será sempre regida por preceitos do direito privado.
- c) submetem-se à supervisão por vinculação, a qual não pode resultar redução da autonomia conferida pela lei específica que autorizou a criação da entidade supervisionada ou da autonomia inerente à sua natureza.
- d) as sociedades de economia mista de capital fechado estão dispensadas do cumprimento da Lei 6.404/1976.
- e) deverão observar requisitos de transparência, entre os quais a divulgação, exclusivamente aos órgãos de controle, de carta anual de governança corporativa, que consolide informações relativas às atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração.

28. Em relação ao que dispõe a “Lei Geral de Proteção de Dados” (Lei 13.709/2018), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) empresas estatais, em qualquer caso, deverão seguir as mesmas regras de tratamento de dados pessoais aplicáveis aos órgãos e demais entidades do Poder Público.
- b) serviços notariais e de registro, mesmo exercidos em caráter privado por delegação do Poder Público, terão o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de direito público.
- c) Em geral, o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado será informado à autoridade nacional e dependerá de consentimento do titular.
- d) a autoridade nacional poderá solicitar, a qualquer momento, aos órgãos públicos a realização de operações de tratamento de dados pessoais, bem como emitir parecer técnico complementar para garantir o cumprimento da referida Lei.
- e) os dados pessoais custodiados pelo poder público deverão ser mantidos em formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

29. As decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de ação direta de inconstitucionalidade:

- a) produzem eficácia *inter partes* e não vinculante
- b) produzem eficácia contra todos e efeito vinculante, o qual não impede, porém, o legislador de reeditar lei idêntica àquela declarada inconstitucional
- c) produzem eficácia contra todos e efeito vinculante, o qual impede o legislador de reeditar lei idêntica àquela declarada inconstitucional
- d) só produzem eficácia contra todos se forem convertidas em súmula vinculante.

e) produzem eficácia contra todos, mas sem efeito vinculante

30. Sobre o tema da organização dos Poderes, assinale a única alternativa correta:

- a) Compete ao Presidente da República celebrar tratados, desde que previamente autorizado pelo Congresso Nacional
- b) Compete à Câmara dos Deputados aprovar previamente a escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal
- c) É vedada a edição de medida provisória sobre direito processual civil
- d) As emendas à Constituição serão promulgadas, com o respectivo número de ordem, depois de sancionadas pelo Presidente da República
- e) Os Ministros do Tribunal de Contas da União têm os mesmos direitos e prerrogativas que os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

31. Yanderleidson é Governador do Estado X, cuja Assembleia Legislativa editou a Lei nº Y, dispondo sobre a Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais. Uma vez que a norma teve a constitucionalidade questionada em uma série de ações, o Governador deseja ajuizar uma ação de controle abstrato de constitucionalidade, perante o STF, visando a confirmar a constitucionalidade da citada lei.

À luz dessa situação, pode-se afirmar corretamente que:

- a) a ação cabível para a finalidade pretendida é a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), que deve ser julgada procedente, mas o Governador não é parte legítima ao seu ajuizamento
- b) a ação cabível para a finalidade pretendida é a ADC, que deve ser julgada procedente, sendo o Governador parte legítima ao seu ajuizamento
- c) não é cabível ADC para a finalidade pretendida, não obstante o Governador seja um dos legitimados ao ajuizamento dessa ação
- d) é cabível o ajuizamento de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), mas o Governador não é parte legítima ao seu ajuizamento
- e) é cabível ação direta de inconstitucionalidade (ADI) em relação ao ato legislativo, não sendo, porém, o Governador legitimado ao ajuizamento

32. Johannes, senador, reuniu-se com mais 25 colegas para assinar uma Proposta de Emenda à Constituição que visa a instituir o direito social de acesso à internet banda larga em todo o território nacional.

A proposição foi apresentada durante situação de calamidade pública, quando uma epidemia de grandes proporções assolava todo o território nacional.

Posta em votação, a proposta foi aprovada em turno único, por unanimidade, durante reunião conjunta das Casas do Congresso Nacional, sendo, no

mesmo dia, sancionada pelo Presidente da República.

Em relação a essa tramitação, pode-se afirmar que houve vício em relação:

- a) à iniciativa, aos limites circunstanciais, à forma de aprovação e à deliberação executiva
- b) à iniciativa, à forma de aprovação e à deliberação executiva, apenas
- c) aos limites circunstanciais, à forma de aprovação e à deliberação executiva, apenas
- d) à forma de aprovação e à deliberação executiva, apenas
- e) à iniciativa, aos limites circunstanciais e à forma de aprovação, apenas

33. A respeito do controle de constitucionalidade, considere as seguintes afirmações:

- I – Declarada a inconstitucionalidade de uma lei pelo STF, em sede de controle concentrado, essa decisão produzirá eficácia contra todos e efeito vinculante, inclusive em relação ao legislador, que fica impedido de reiterar a lei declarada inválida.
- II – Os legitimados a propor ação declaratória de inconstitucionalidade são menos numerosos que os que podem propor ação direta de inconstitucionalidade.
- III – É cabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental para discutir a validade de lei municipal contestada em face da Constituição Federal.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns), apenas:

- a) I e II
- b) III
- c) II e III
- d) I e III
- e) I

34. Com relação à nova tributação sobre o consumo, instituída pela EC nº 132, de 2023, pode-se afirmar corretamente que:

- a) Lei ordinária disporá sobre as regras comuns aplicáveis ao Imposto sobre Bens e Serviços e a Contribuição sobre Bens e Serviços
- b) o Imposto sobre Bens e Serviços será informado pelo princípio da neutralidade
- c) O Imposto sobre Bens e Serviços terá legislação única e uniforme em todo o território nacional, ressalvada a alíquota, que será fixada por cada ente federativo mediante lei complementar
- d) O Imposto sobre Bens e Serviços será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de origem da operação
- e) A Contribuição sobre Bens e Serviços substituirá, dentre outros, o Imposto sobre a Renda e o Imposto Territorial Rural

35. Considere que um Estado-membro da federação tenha editado lei disposta sobre a proibição do uso da denominada “linguagem neutra” em escolas e editais de concursos estaduais. À luz da jurisprudência do STF, pode-se dizer que essa lei é considerada:

- a) formal e materialmente inconstitucional
- b) formalmente constitucional, mas materialmente inconstitucional
- c) formal e materialmente constitucional
- d) formalmente inconstitucional
- e) formalmente constitucional, desde que a União não tenha legislado sobre a matéria

DIREITO TRIBUTÁRIO I

Fernando Maurício

36. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

I- As Contribuições para SEBRAE, por incentivar a criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas, é considerada Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE.

II- A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

III- A depender do tributo, ele pode ser cobrado mediante atividade administrativa vinculada ou discricionária.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

37. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

I- Um tributo é considerado extrafiscal quando a Lei que o cria nomeia outra pessoa jurídica para ser sujeito ativo, e destina-lhe os recursos arrecadados.

II- Em regra, é vedada a destinação do produto da arrecadação dos impostos a órgão, fundo ou despesa.

III- Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos Estaduais e Municipais, ainda que estes Territórios sejam divididos em Municípios.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

38. A Igreja Batista de Cuiabá/MT alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a igreja financia suas atividades missionárias.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança de tributos do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas às igrejas de qualquer culto.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a Igreja é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a Igreja, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a Igreja não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU não é devido, tendo em vista que a igreja está utilizando os valores recebidos de aluguel nas finalidades para as quais foi criada.

39. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, conforme prevê a Constituição Federal e o entendimento atual dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

- I- A antecipação, sem substituição tributária, do pagamento do ICMS para momento anterior à ocorrência do fato gerador pode ser feita por meio de decreto.
- II- A cobrança do diferencial de alíquota alusivo ao ICMS, conforme introduzido pela Emenda Constitucional nº 87/2015, pressupõe edição de lei complementar veiculando normas gerais.
- III- É cabível a concessão de remissão, com amparo em convênios CONFAZ, de créditos de ICMS oriundos de benefícios fiscais declarados inconstitucionais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II e III.

b) I e III.

c) I e II.

d) I, II e III.

e) II.

40. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) 25% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 100% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 10% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados
- d) Pertencerá aos Municípios 30% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 25% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

41. Conforme atual entendimento dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

I- A inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade em qualquer meio, exceto em livros, jornais, periódicos e modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita, é passível de tributação pelo ICMS.

II- É inconstitucional lei estadual que concede benefício fiscal sem a prévia estimativa de impacto orçamentário e financeiro exigida pelo art. 113 do ADCT.

III- Os valores relativos à taxa Selic recebidos pelo contribuinte na repetição de indébito tributário compõem a base de incidência do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) ou da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

42. Com relação à Competência tributária, analise as afirmativas a seguir.

I- A capacidade tributária ativa compreende funções de arrecadar e fiscalizar tributos, atribuições que, igualmente à competência tributária, são indelegáveis.

II- Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela pessoa a que tenham sido constitucionalmente atribuídos.

III- Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) I e II, apenas.

d) III, apenas.

e) II e III, apenas.

43. Com relação ao lançamento tributário, analise os itens a seguir:

I- Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento.

II- O lançamento é um procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente.

III- A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

44. Em relação à moratória, julgue os itens a seguir:

- I- A moratória em caráter geral somente pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.
- II- A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.
- III- A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

45. Em relação à exclusão do Crédito Tributário, julgue os itens a seguir:

- I- A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.
- II- Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria; e nem aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- III- A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

46. As garantias e privilégios do crédito tributário estão consagrados no Código Tributário Nacional e em outras leis tributárias, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário altera a natureza da obrigação tributária a que corresponda.
- b) Responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, excluídos os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- c) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário, pois sempre são impenhoráveis.
- d) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário inscrito ou não na dívida ativa.
- e) Após inscrição na dívida ativa do crédito tributário, a alienação pelo devedor de parte de seus bens caracterizará fraude, ainda que este reserve bens ou rendas suficientes para o pagamento total do crédito tributário devido.

47. A sociedade empresária XYZA Ltda. teve sua falência decretada, tendo dívidas de obrigação tributária principal relativas a tributos e multas, dívidas decorrentes de acidente de trabalho, bem como dívidas com garantia real. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) O crédito tributário relativo às multas tem preferência sobre as dívidas com garantia real.
- b) A dívida decorrente de acidente de trabalho tem preferência sobre os valores de tributos.
- c) O crédito tributário decorrente de multas tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.
- d) O crédito relativo às multas tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- e) Os valores de tributo possuem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.

48. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN e o entendimento atual dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

- I- A legislação tributária aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.
- II- Estão sujeitos a fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, limitado o exame aos pontos objeto da investigação.
- III- Atendidos os requisitos previstos em lei, é legítima a submissão de empresas a Regime Especial de Fiscalização, salvo comprovação de que as medidas inviabilizem indevidamente o livre exercício da atividade econômica.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

49. A respeito da Dívida Ativa e da Certidão Negativa, julgue os itens a seguir:

- I- A dívida tributária, ainda que não inscrita, goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- II- A presunção de certeza e liquidez da dívida ativa regularmente inscrita é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.
- III- A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

50. Possui o mesmo efeito previsto para a Certidão Negativa, exceto:

- a) A certidão que conste a existência de créditos parcelados.
- b) A certidão que conste a existência de créditos não vencidos.
- c) A certidão que conste a existência de créditos objeto de recurso administrativo.
- d) A certidão que conste a existência de créditos em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora.
- e) A certidão que conste a existência de créditos objeto de reclamação judicial.

DIREITO CIVIL*Mário Godoy*

51. Josias vendeu seu apartamento a Andrea pelo valor de R\$ 800 mil. No entanto, a fim de omitir a totalidade do valor recebido à Receita, fez declarar na escritura pública de compra e venda o valor de R\$ 200 mil, correspondente ao montante da transferência feita por Andrea à sua conta bancária, já que o restante foi pago em dinheiro vivo.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) O negócio jurídico correspondente ao valor declarado é viciado pela fraude contra credores, desafiando a propositura de ação pauliana.
- b) O negócio jurídico correspondente ao valor declarado é viciado pela simulação, subsistindo, porém, o negócio jurídico correspondente ao valor real do ajuste.
- c) O prazo prescricional para se anular o negócio jurídico correspondente ao valor declarado é de 4 anos.
- d) O prazo decadencial para se anular o negócio jurídico correspondente ao valor declarado é de 4 anos.
- e) A invalidação do negócio jurídico correspondente ao valor declarado exige a prova da intenção de lesar o Fisco.

52. Carlos é credor de Antônio da importância de R\$ 5 mil, com vencimento em 2025. Ocorre que, passando por dificuldades financeiras, Carlos cedeu onerosamente o referido crédito para Joana, desta recebendo à vista o valor de R\$ 4 mil. Nada foi estipulado acerca da responsabilidade de Carlos pela existência do crédito ou pela solvência de Antônio. Posteriormente, quando o débito de Antônio venceu, Joana veio a cobrar dele o valor de R\$ 5 mil.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) A cessão do crédito para Joana não inclui seus acessórios, a exemplo da cláusula penal, salvo disposição em contrário.
- b) Para que Carlos possa ceder seu crédito a Joana, é necessário o consentimento de Antônio.
- c) Se pretensão de Carlos estivesse prescrita no momento da cessão, Antônio não poderia opor a Joana a exceção de prescrição.
- d) Carlos não responde perante Joana pela existência do crédito.
- e) Se Antônio for insolvente, Carlos não responde perante Joana.

53. Leonardo contratou com a empresa Doces Finos Ltda. o fornecimento de uma mesa com doces para a festa de seu casamento, a realizar-se no dia 15 de outubro. O valor ajustado foi de R\$ 6 mil. O contrato previa que os doces seriam entregues no dia da festa, no local onde se realizaria o evento, e, além disso, continha a previsão de uma cláusula penal no valor de R\$ 6 mil, caso a entrega não fosse feita no dia e local combinados. Chegando o dia da festa, a empresa Doces Finos Ltda., alegando excesso de encomendas, não cumpriu a obrigação pactuada.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) Leonardo pode exigir da empresa Doces Finos Ltda. o cumprimento específico da obrigação (entrega da mesa com doces), além do pagamento da cláusula penal (R\$ 6 mil).
- b) Leonardo pode exigir da empresa Doces Finos Ltda. o cumprimento específico da obrigação (entrega da mesa com doces), devendo, porém, reduzir-se o valor da cláusula penal (R\$ 6 mil), já que esta só pode ser estipulada até o máximo de 20% do valor da obrigação principal.
- c) Leonardo pode exigir da empresa Doces Finos Ltda. o cumprimento específico da obrigação (entrega da mesa com doces), devendo, porém, reduzir-se o valor da cláusula penal (R\$ 6 mil), já que esta só pode ser estipulada até o máximo de 50% do valor da obrigação principal.
- d) Leonardo pode exigir da empresa Doces Finos Ltda. o cumprimento específico da obrigação (entrega da mesa com doces), ou, alternativamente, o pagamento da cláusula penal (R\$ 6 mil)
- e) Leonardo pode exigir da empresa Doces Finos Ltda. o pagamento da cláusula penal (R\$ 6 mil), mas não o cumprimento específico da obrigação (entrega da mesa com doces), já que esta perdeu sua utilidade.

54. João foi aprovado nas três primeiras etapas do concurso da magistratura estadual. Faltando apenas dois dias para o exame oral, cujo percentual

de aprovação é de cerca de 90%, João, que havia se preparado com afinco para a arguição, resolveu passear em um parque a fim de relaxar. Ocorre que, ao atravessar a rua na faixa de pedestre, estando o semáforo devidamente fechado para os veículos, veio a ser atropelado por Claudio, que vinha conduzindo o seu automóvel em altíssima velocidade, sem respeitar a sinalização de trânsito. Após sofrer o acidente, João veio a ser internado em um hospital, recebendo alta apenas após três meses, perdendo, portanto, a oportunidade de prestar o exame oral do concurso de juiz. Além disso, João ficou com várias cicatrizes pelo corpo. Em razão do fato, João ingressou com ação de reparação civil contra Claudio, pleiteando a indenização por danos materiais, morais, estéticos e pela perda de uma chance.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) João não tem direito a receber a indenização na forma pleiteada, já que danos morais e danos estéticos são inacumuláveis.
- b) João tem direito a receber a indenização na forma pleiteada: os danos materiais resultantes das despesas de tratamento, os danos morais pela violação de direitos personalíssimos, os danos estéticos em razão das cicatrizes, e a perda da chance resultante da oportunidade que ele perdeu de se tornar um juiz.
- c) Para que possa receber a reparação por danos morais, João deve comprovar o sofrimento e a dor que efetivamente sentiu.
- d) Prescreve em 5 anos a pretensão reparatória pelos danos sofridos por João.
- e) Decai em 5 anos a pretensão reparatória pelos danos sofridos por João.

DIREITO EMPRESARIAL*Cadu Carrilho*

55. Augusto sempre gostou de desenhar durante sua infância. Esse talento proporcional viver de venda de suas obras de arte, desenvolveu sua atividade ao ponto de contratar outros profissionais e fazer com que sua profissão seja considerada um elemento de empresa. A respeito da atividade desenvolvida por Augusto, marque a opção correta:

- a) será considerado um sócio de uma sociedade, pois sua atividade só pode ser exercida por meio de uma pessoa jurídica.
- b) por ser uma atividade intelectual de natureza artística, não será considerado empresário.
- c) será considerado empresário, pois sua atividade constitui um elemento de empresa.
- d) não precisa fazer a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis para ser um empresário regular.
- e) nos termos da legislação em vigor, será considerado comerciante, tendo em vista a adoção da chamada teoria dos atos de comércio.

56. As atividades empresariais precisam ser organizadas, isso se dá por meio da reunião dos bens a serem utilizados na atividade, formando o chamado estabelecimento. Sobre esse instituto, marque a opção correta:

- a) Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária e não se confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual.
- b) Pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza, desde que não seja objeto de usufruto.
- c) O empresário e a sociedade empresária vinculam-se ao Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, e a sociedade simples

ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o qual deverá obedecer às normas fixadas para aquele registro, se a sociedade simples adotar um dos tipos de sociedade empresária.

- d) Salvo disposição em contrário, a transferência importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento, inclusive os de caráter pessoal, podendo os terceiros rescindir o contrato em noventa dias a contar da publicação da transferência, se ocorrer justa causa, ressalvada, neste caso, a responsabilidade do alienante.
- e) O alienante do estabelecimento nunca pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência.

57. Existem os títulos de crédito típicos e os atípicos, diferenciam-se pela existência ou não de lei regulamentando. As regras contidas no Código Civil sobre títulos de crédito aplicam-se aos atípicos, pois são títulos que não possuem legislação específicas. A respeito das regras contidas no Código Civil marque a opção que coaduna com a lei:

- a) O título de crédito, documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido, produz efeito quando preencha os requisitos da lei ou do contrato.
- b) A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, não implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.
- c) Consideram-se não escritas no título a cláusula de juros, a proibitiva de endosso, a excludente de responsabilidade pelo pagamento ou por despesas, a que dispense a observância de termos e formalidade prescritas, e a que, além dos limites fixados em lei, inclua ou amplie direitos e obrigações.
- d) O pagamento de título de crédito, que contenha obrigação de pagar soma determinada, pode ser garantido por aval, sendo permitido o aval parcial.
- e) As regras do Código Civil aplicam-se aos cheques, às duplicatas e às notas promissórias, tendo em vista esses títulos não possuírem legislação própria.

58. Abaixo são apresentadas as competências da assembleia-geral previstas nas Lei das Sociedades Anônimas. Analise cada um dos tipos e marque a opção que contém corretamente essas competências:

- I - reformar o estatuto social.
- II - eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da companhia.
- III - tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas.
- IV - autorizar a emissão de debêntures e suspender o exercício dos direitos do acionista.

Estão de acordo com a lei:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e IV.
- c) II e IV.
- d) Apenas I e III.
- e) Apenas a III.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

59. Acerca da lei penal no tempo e no espaço, assinale a alternativa correta:

- a) A lei penal mais grave não se aplica ao crime permanente, caso o início de sua vigência se dê após o início do período de permanência.
- b) A lei excepcional é dotada de ultratividade, embora não possua data certa para sua autorrevogação.
- c) A abolitio criminis faz cessar a execução da pena e todos os demais efeitos da condenação.
- d) Adota-se no Brasil o princípio da territorialidade no que tange à aplicação da lei penal no espaço, de forma absoluta.
- e) Considera-se praticado o delito apenas no lugar em que praticada a conduta, ainda que outro seja o lugar do resultado.

60. Daniel sabia que Natália era sócia-administradora de uma empresa que tinha débitos tributários junto à Secretaria de Fazenda do Município de Cuiabá-MT. Diante disso, abordou Natália e solicitou a quantia de R\$ 10.000,00, alegando que poderia convencer o auditor-fiscal Bruno a cancelar o lançamento fiscal relativo aos débitos da empresa de Natália. Alegou, ainda, que metade do valor seria repassada ao servidor público. Daniel, porém, sequer conhecia Bruno e não pretendia exercer qualquer influência sobre ele.

Nessa situação, Daniel deverá responder pelo crime de:

- a) tráfico de influência, com aumento de pena de metade.
- b) tráfico de influência, sem aumento de pena.
- c) corrupção ativa.
- d) Exploração de prestígio, com aumento de pena de metade.
- e) Exploração de prestígio, sem aumento de pena.

CONTABILIDADE GERAL

Marcondes Fortaleza

61. De acordo com o CPC 00 (R2), que trata da Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, no que diz respeito às características qualitativas de informações financeiras úteis, marque a alternativa correta:

- a) As características qualitativas de melhoria podem também ajudar a determinar qual de duas formas deve ser utilizada para representar o fenômeno caso se considere que ambas fornecem informações igualmente relevantes e representação igualmente fidedigna desse fenômeno.
- b) De modo geral, quanto mais antiga a informação, mais útil ela é.
- c) Relatórios financeiros são elaborados para usuários que não têm conhecimento razoável das atividades

comerciais e econômicas, embora revisem e analisem as informações de modo diligente.

- d) Capacidade de verificação significa que diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso, a um acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna
- e) Consistência é a meta; a comparabilidade ajuda a atingir essa meta.

62. Sobre a Lei 6.404/1976, marque a alternativa correta.

- a) No ativo circulante teremos as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte.
- b) Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração diferente do exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.
- c) O valor obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação não pode ser o valor justo de instrumentos financeiros.
- d) O valor justo das matérias-primas e dos bens em almoxarifado é o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado.
- e) Como ajustes de exercícios anteriores serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior que possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

63. A Cia MAVIFOR declarou em 31/12/2020 dividendos no total de R\$ 50.000. Deste montante, R\$ 40.000 representavam o valor do dividendo mínimo obrigatório e o restante era adicional a esse montante.

Os valores no balanço patrimonial da Cia MAVIFOR são reconhecidos da seguinte forma:

- a) R\$ 50.000,00 no Passivo Circulante.
- b) R\$ 40.000,00 no Passivo Circulante e R\$ 10.000,00 no Passivo não Circulante.
- c) R\$ 50.000,00 no Patrimônio Líquido.
- d) R\$ 40.000,00 no Passivo Circulante e R\$ 10.000,00 no Patrimônio Líquido.
- e) R\$ 40.000,00 no Patrimônio Líquido e R\$ 10.000,00 no Passivo Circulante.

64. A empresa MAVIFOR precisava comprar computadores para seus funcionários. Para isso, ela contratou um especialista para indicar qual seria o melhor modelo. Por esse serviço pagou R\$ 1.000,00. Após definido o modelo, ela comprou os computadores, cujo preço era R\$ 100.000,00. Como o pagamento foi à vista, conseguiu um desconto de 10% sobre o valor.

O frete para receber os computadores foi de R\$ 500,00. Além disso, para receber os computadores em segurança, contratou um seguro no valor de R\$ 250,00. Quando os computadores chegaram à sociedade empresária, ela gastou R\$ 5.000,00 com um programa antivírus anual, e, R\$ 6.000,00 com os programas básicos essenciais para o funcionamento. Além disso, ofereceu um treinamento para seus funcionários, que custou R\$ 2.500,00.

Depois de concluído o treinamento, a sociedade empresária ofereceu uma festa para promover a expansão, na qual gastou R\$ 10.000,00. Além disso, gastou R\$ 7.000,00 em publicidade, com base na compra dos novos computadores.

A partir das informações acima, assinale a opção que indica o acréscimo no ativo da empresa com a compra dos computadores.

- a) R\$ 99.250,00.
- b) R\$ 96.750,00.
- c) R\$ 97.750,00.
- d) R\$ 103.750,00.
- e) R\$ 106.750,00.

65. A Cia. MAVIFOR inicia em setembro de 2020 uma pesquisa para desenvolvimento do produto X. Quando concluído, será patenteado pela empresa. Até o dia 15 de novembro de 2020, a empresa já havia efetuado diversos gastos com pesquisa no valor de R\$ 100.000,00. Após essa data, com o avanço do processo, foi possível definir um critério confiável de controle, acumulação, identificação e registro do Ativo Intangível. No final de 2020, os gastos da empresa com pesquisa e desenvolvimento do produto X totalizaram R\$ 180.000,00 e o valor recuperável do intangível incorporado foi de R\$ 100.000,00. Com base nas informações fornecidas, o registro contábil desse evento é:

a)	Ativo Intangível	180.000
a)	Disponibilidades	180.000
b)	Despesas	180.000
a)	Disponibilidades	180.000
c)	Ativo Intangível	80.000
	Despesas	100.000
a)	Disponibilidades	180.000
d)	Despesas	80.000
	Ativo Intangível	100.000
a)	Disponibilidades	180.000
e)	Despesas	80.000
	Ativo Intangível	50.000
	Perda por Imparidade	50.000
a)	Disponibilidades	180.000

66. Em determinado exercício social, uma empresa distribuiu dividendos de R\$ 14.000 sobre seu lucro líquido e, nesse mesmo período, foram verificadas as seguintes modificações em saldos patrimoniais:

- diminuição de R\$ 8.500 em contas a receber;
- aumento de R\$ 24.500 em estoques;
- aumento de R\$ 61.500 no imobilizado;
- aumento de R\$ 46.500 em depreciações acumuladas;
- aumento de R\$ 22.000 em fornecedores a pagar;
- aumento de R\$ 1.500 em salários e encargos a pagar;
- aumento de R\$ 3.000 em impostos e contribuições a recolher;
- aumento de R\$ 1.000 em debêntures a resgatar no curto prazo;
- redução de R\$ 21.500 em financiamentos de longo prazo a pagar;
- redução de R\$ 1.000 em impostos parcelados a vencer;
- aumento de R\$ 1.000 no capital social;
- aumento de R\$ 56.000 nas reservas de lucros.

Nessa situação hipotética, o caixa gerado nas atividades operacionais foi

- a) R\$ 124.000.
- b) R\$ 112.000.
- c) R\$ 56.000.
- d) R\$ 126.000.
- e) R\$ 128.000.

67. O preço unitário de custo de aquisição das mercadorias revendidas pela Cia. MAVIFOR registrou um constante aumento durante todo o exercício de 2024. Logo, o lucro bruto com mercadorias terá escala ascendente se empregados, pela ordem, os sistemas de avaliação de estoques

- a) UEPS, Média Ponderada Móvel e PEPS.
- b) Média Ponderada Móvel, UEPS e PEPS.
- c) PEPS, UEPS e Média Ponderada Móvel.
- d) UEPS, PEPS e Média Ponderada Móvel.
- e) PEPS, Média Ponderada Móvel e UEPS.

68. A MAVIFOR tinha prejuízos acumulados de R\$ 20.000,00, mas durante o exercício social apurou lucro. Desse lucro, após destinar R\$ 40.000,00 para imposto de renda e CSLL, a empresa distribuiu 10% em participação de debenturistas, no valor de R\$ 2.000,00, 10% em participação de administradores, no valor de R\$ 1.620,00 e 10% em participação de empregados.

De acordo com as informações acima e com as normas em vigor, podemos dizer que a Cia. MAVIFOR, no final da Demonstração de Resultado do Exercício, vai indicar o lucro líquido do exercício no valor de

- a) R\$ 14.580,00.
- b) R\$ 34.580,00.
- c) R\$ 34.380,00.
- d) R\$ 20.000,00.
- e) R\$ 74.580,00.

69. As informações a seguir representam os fatos considerados relevantes em uma operação de venda efetuada por uma companhia.

dados relativos à venda

- valor – R\$ 50.000, para recebimento em parcela única, após 10 meses
- valor presente do ativo a receber – R\$ 43.000 (no momento da operação)
- valor presente do ativo a receber – R\$ 43.500 (decorrido um mês)

Ainda de acordo com a Lei n.º 6.404/1976 e o Pronunciamento Técnico CPC 12 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, é correto afirmar que, na companhia, a venda deve ser registrada pelo valor de:

- a) R\$ 43.000 e, decorrido um mês da operação, será reconhecida uma receita financeira de R\$ 500 a débito de uma conta retificadora do ativo.
- b) R\$ 43.000 e, decorrido um mês da operação, será reconhecida uma receita financeira de R\$ 500 a crédito de uma conta retificadora do ativo.
- c) R\$ 43.000 e, decorrido um mês da operação, será reconhecida uma receita financeira de R\$ 500 a crédito de uma conta retificadora do passivo.
- d) R\$ 43.000 e, decorrido um mês da operação, será reconhecida uma receita financeira de R\$ 500 a débito de uma conta retificadora do passivo.
- e) R\$ 50.000,00, apenas.

70. A Cia. MAVIFOR adquiriu à vista um lote de mercadorias, revendendo-o, em seguida, por R\$ 140.000,00. A companhia está sujeita, nas suas operações de compra e venda, à incidência do ICMS à alíquota de 18% e à do PIS e da Cofins, no regime não-cumulativo, com alíquotas, respectivamente, de 1,65% e 7,6%. O lucro auferido pela sociedade nessas transações foi de R\$ 29.100,00.

O valor pago pela companhia ao fornecedor, ao efetuar a referida aquisição, foi equivalente a, R\$:

- a) 101.850,00.

- b) 72.750,00.
- c) 145.500,00.
- d) 110.900,00.
- e) 100.000,00.

PROVA II

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Rafael Henze

71. Considerando as disposições do Código Tributário Municipal de Cuiabá sobre a base de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), assinale a alternativa correta sobre as alíquotas aplicáveis:

- a) A alíquota do IPTU para propriedades territoriais é de 0,4% e para propriedades prediais é de 1%
- b) A alíquota do IPTU para propriedades prediais é de 2,0% e para propriedades territoriais é de 1%
- c) A alíquota do IPTU para propriedades prediais é de 0,4%, e para propriedades territoriais é de 2,0%.
- d) A alíquota do IPTU para propriedades prediais e territoriais é de 2,0%.
- e) A alíquota do IPTU para propriedades prediais e territoriais é de 1%.

72. Em relação ao procedimento de lançamento do ITBI em Cuiabá, em caso de detecção de uma possível inconsistência no Cadastro Imobiliário que gere uma diferença significativa entre o valor venal presumido no cadastro e o valor venal da operação de transmissão ou cessão de um imóvel, qual procedimento deve ser adotado pelo servidor municipal responsável pela emissão da guia para pagamento do ITBI?

- a) O servidor deve emitir a guia de pagamento do ITBI com base no valor venal presumido do cadastro, resguardado ao contribuinte o direito de interpor o recurso cabível.
- b) O servidor deve proceder a uma avaliação do imóvel com base nos dados obtidos na declaração do sujeito passivo.
- c) O servidor deve encaminhar o processo ao órgão responsável pelo lançamento do ITBI para diligências fiscais e reavaliação do valor venal do imóvel.
- d) O servidor poderá solicitar diretamente ao contribuinte uma nova avaliação privada do imóvel para correção do valor.
- e) O servidor pode dar entrada em um processo de revisão de valor venal do imóvel, suspendendo o lançamento do tributo até a decisão final.

73. Se determinado sujeito passivo residente em Cuiabá possui algum questionamento a respeito da legislação tributária municipal, pode-se utilizar de uma consulta para solucioná-la. Conforme o Código Tributário Municipal de Cuiabá, assinale a alternativa correta sobre o procedimento de consulta a respeito da interpretação e aplicação da legislação tributária:

- a) A consulta deve ser dirigida ao setor competente pelo lançamento que gerou a dúvida e assinada pelo consulente ou pelo seu representante legal.
- b) A consulta deve ser dirigida ao Secretário Municipal de Finanças, com assinatura do consulente ou de seu representante legal, e ser redigida com clareza e objetividade.

- c) O setor responsável deve responder à consulta em até 5 dias úteis após seu recebimento.
- d) A consulta pode ser formulada ao setor competente na forma oral.
- e) O prazo para resposta à consulta é de 30 dias, podendo ser prorrogado pelo Secretário Municipal de Finanças.

74. Assinale a alternativa correta sobre o Termo de Fiscalização Orientativa (TFO) previsto no Código Tributário Municipal de Cuiabá:

- a) O TFO pode ser lavrado em qualquer caso de omissão no recolhimento de ISSQN, desde que autorizado pelo Secretário Municipal de Fazenda.
- b) O TFO será utilizado para omissões dolosas e não dolosas de recolhimento de ISSQN, com a possibilidade de pagamento em até 60 parcelas.
- c) O TFO somente será lavrado se houver um Programa Especial de Fiscalização, autorizado por Portaria do Secretário Municipal de Fazenda.
- d) Em casos de recolhimento a menor devido a fraude, o TFO será lavrado com possibilidade de pagamento parcelado em até 60 vezes.
- e) O TFO pode ser utilizado tanto para omissões dolosas quanto para omissões decorrentes de erro quando houver autorização específica.

75. De acordo com o Código Tributário Municipal de Cuiabá, o Cadastro Imobiliário compreende determinados tipos de imóveis. Assinale a alternativa que representa um tipo de imóvel que não consta no Cadastro Imobiliário do município.

- a) Terrenos vagos existentes nas áreas urbanas.
- b) Terrenos edificados nas áreas de expansão urbana do Município.
- c) Terrenos vagos localizados em loteamentos para fins urbanos, como sítios de recreio.
- d) Imóveis rurais localizados fora das áreas urbanas ou de expansão urbana.
- e) Terrenos vagos existentes em áreas urbanizáveis

76. Em um procedimento de fiscalização de ISS, a autoridade Fiscal deparou-se com um contribuinte que não dispunha de informações confiáveis a respeito de sua atividade econômica.

De acordo com o Código Tributário Municipal de Cuiabá, assinale a alternativa correta sobre o procedimento adotado na ausência do preço conhecido de um serviço para fins de tributação.

- a) Na ausência do preço do serviço, o valor será estimado pelo próprio contribuinte.
- b) Se o preço do serviço não for conhecido, será adotado o preço corrente na praça como base para cálculo.
- c) Na falta do preço do serviço, será utilizado o valor médio praticado pelo mesmo prestador de serviços.
- d) Se o preço do serviço não estiver disponível, será aplicado um preço fixo estabelecido pela Secretaria Municipal de Finanças.
- e) Na ausência do preço do serviço, a tributação é suspensa até que o valor seja determinado.

77. De acordo com o Código Tributário Municipal de Cuiabá, para os serviços de construção civil previstos no subitem 7.02 da lista de serviços, o contribuinte pode optar por uma base de cálculo estimada para o recolhimento do ISSQN.

Qual é o valor dessa base de cálculo estimada?

- a) 20% do valor total do serviço.
- b) 30% do valor total do serviço.
- c) 40% do valor total do serviço.
- d) 50% do valor total do serviço.
- e) 60% do valor total do serviço.

78. De acordo com o Código Tributário Municipal de Cuiabá, assinale a alternativa correta sobre o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

- a) O ISSQN deve ser recolhido integralmente no mesmo mês da ocorrência do fato gerador, após o recebimento pelo serviço prestado.
- b) O ISSQN é devido apenas após o recebimento pelo serviço prestado e deve ser recolhido no mês seguinte ao recebimento.
- c) O ISSQN deve ser recolhido integralmente no mês seguinte ao da ocorrência do fato gerador, independentemente do recebimento pelo serviço prestado.
- d) O recolhimento do ISSQN ocorre no mês da ocorrência do fato gerador, sendo exigido apenas após a confirmação do recebimento pelo serviço.
- e) O ISSQN é devido no mês subsequente ao da prestação do serviço e somente após a definição do pagamento em Decreto Municipal.

79. De acordo com o Código Tributário Municipal de Cuiabá, assinale a alternativa correta sobre a penalidade aplicada aos funcionários que se negarem a prestar assistência ao contribuinte, quando solicitada conforme previsto no Código.

- a) Os funcionários serão advertidos por escrito e sujeitos a nova avaliação de desempenho.
- b) Os funcionários poderão ser suspensos por 15 dias, sem direito a remuneração.
- c) Os funcionários serão punidos com multa equivalente a 15 dias de seu vencimento ou remuneração.
- d) Os funcionários terão o vencimento reduzido pela metade no mês da infração.
- e) Os funcionários estarão sujeitos a multa de 30 dias de vencimento caso recusem o atendimento ao contribuinte.

80. De acordo com a Lei Complementar nº 494, de 18 de janeiro de 2021, que cria o Conselho Administrativo de Recursos Tributários (CART) do Município de Cuiabá, quais recursos são de competência do CART para julgamento em Segunda Instância Administrativa?

- a) Apenas os Recursos Ordinários em processos tributários municipais e os pedidos de esclarecimento.
- b) Recursos Ordinário, Especial e o Reexame Necessário relativos a decisões de Primeira Instância em processos administrativos de natureza tributária.
- c) Reexame Necessário e o Recurso Voluntário.
- d) Apenas os Recursos Ordinários e Especiais em matérias não tributárias.
- e) Recurso de Ofício e Recursos de Alçada.

AUDITORIA CONTÁBIL

Guilherme Santanna

81. Na realização dos trabalhos de auditoria, o auditor deve considerar os diferentes riscos que possam afetar qualitativamente o resultado de seu trabalho. Nesse sentido, associe os tipos de risco listados a seguir aos seus respectivos conceitos,

- 1. Risco de Detecção.
- 2. Risco de Controle.
- 3. Risco Inerente.

() É a suscetibilidade de uma afirmação a respeito de uma transação, saldo contábil ou divulgação, a uma distorção que possa ser relevante antes da consideração de eventuais controles relacionados.

() É o risco de que uma distorção que possa ocorrer em uma afirmação sobre uma classe de transação, saldo contábil ou divulgação e que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto, com outras distorções, não seja prevenida, detectada e

corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade.

() É o risco de que os procedimentos executados pelo auditor não identifiquem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções.

Assinale a opção que apresenta a relação correta, na ordem apresentada.

- a) 1 – 2 – 3.
- b) 2 – 3 – 1.
- c) 3 – 2 – 1.
- d) 1 – 3 – 2.
- e) 3 – 1 – 2.

82. Durante a execução de testes de detalhes, a equipe de auditores identificou a unidade de amostragem como unidades monetárias individuais que compunham a população. Após ter selecionado unidades específicas da população, como por exemplo, o saldo das contas a receber, o auditor pode examinar os itens específicos, como por exemplo, os saldos individuais que contêm essas unidades monetárias.

O procedimento adotado pela equipe de auditoria é denominado

- a) estratificação.
- b) seleção com base em valor.
- c) amostragem de unidades semelhantes.
- d) amostragem por conglomerados.
- e) amostragem por itens individualizados.

83. A evidência de auditoria é necessária para fundamentar a opinião presente no relatório do auditor. Ela tem natureza cumulativa e é obtida primordialmente a partir dos procedimentos realizados durante o curso do trabalho, mas também de outras fontes.

Em relação a essas fontes, analise as afirmações a seguir:

- I. registros contábeis e outras fontes internas e externas da entidade;
- II. informações de auditorias anteriores, independente de permanecerem relevantes e confiáveis; e
- III. a ausência de informações.

Pode representar evidência de auditoria o que se afirma em:

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente
- e) I, II e III.

84. Em relação aos indicadores de deficiência significativa do controle interno, analise as afirmações a seguir:

- I. Evidência da incapacidade da administração de supervisionar a elaboração das demonstrações contábeis.
- II. Distorção detectada pelos procedimentos do auditor que foi prevenida ou detectada e corrigida, pelo controle interno da entidade.
- III. Evidência de processo de avaliação de risco eficaz, tais como falha da administração para identificar risco de distorção relevante que o auditor esperaria que o processo de avaliação de risco tivesse identificado.

De acordo com a NBC TA 265 – Comunicação de Deficiências de Controle Interno, os indicadores de deficiência significativa do controle interno incluem o que se afirma em

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II e III.

85. Um auditor concluiu que o uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional era apropriado, mas também que existia incerteza relevante sobre a capacidade de continuidade operacional da entidade, tendo essa incerteza relevante sido adequadamente divulgada nas demonstrações financeiras. Nesse caso, o relatório do auditor independente deve:

- a) conter uma opinião adversa;
- b) expressar uma abstenção de opinião;
- c) conter uma opinião modificada por uma ressalva;
- d) incluir um parágrafo de ênfase e expressar uma opinião modificada;
- e) expressar uma opinião não modificada e conter comentário em seção separada chamando a atenção para a incerteza.

AUDITORIA FISCAL ELETRÔNICA

Tonyvan Carvalho

86. O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) tem implícita na sua criação e aplicação a probabilidade de oferecer aos contribuintes alguns benefícios, principalmente aqueles que são direcionados para a redução de gastos em geral. Nesse contexto, dentre as vantagens expressas para os contribuintes, encontra-se a(o)

- a) reestruturação organizacional
- b) submissão total a leiautes impostos pelo fisco
- c) possível redução e simplificação das obrigações acessórias
- d) alto investimento em tecnologia
- e) treinamento técnico especializado em aspectos contábeis e tributários.

87. O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) consiste na modernização da sistemática do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores. Dentre os diversos benefícios e objetivos do SPED, um deles se caracteriza por promover a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais. Identifique-o.

- a) Integração dos fiscos.
- b) Redução do "Custo Brasil"
- c) Aperfeiçoamento do combate à sonegação.
- d) Eliminação de papel.
- e) Redução de custos administrativos.

88. A Escrituração Contábil Digital deverá ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital e compreenderá a versão digital dos seguintes livros:

- a) livro Diário e seus auxiliares se houver; livro razão se houver.
- b) Livro caixa e seus auxiliares se houver; livro de ajustes do resultado.
- c) livro Diário, se houver; livro caixa e seus auxiliares.
- d) Livro de apuração do lucro real; livro razão se houver.
- e) Livro fiscal e livro caixa se houver.

89. A Escrituração Contábil Digital compreende a versão digital

- a) dos livros que constam no artigo 100 da Lei nº 6.404/76.
- b) dos livros Diário e Razão, bem como de seus auxiliares, se houver, e também dos Balancetes Diários, dos Balanços e das fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos nelas transcritos.
- c) dos livros de Registros de Ações Nominativas, de Transferências de Ações Nominativas, assim como dos livros Diário, Razão e Balanços.
- d) dos livros Diário e Razão, de seus auxiliares, se houver, bem como do livro modelo K.
- e) de todos os livros fiscais que englobem tributos diretos e indiretos.

90. Complete a lacuna a seguir, em relação ao prazo de entrega da escrituração contábil, em situação normal:

O prazo final será o último dia útil do mês de _____ do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração.

- a) Março;
- b) Maio;
- c) Fevereiro;
- d) Dezembro.
- e) Junho

**CONTABILIDADE AVANÇADA E
CONTABILIDADE DE CUSTOS***Silvio Sande*

91. Em 01/01/2022 a empresa S2 S.A. comprou um terreno pelo valor de R\$ 1.000.000 para pagamento no longo prazo, mas, se a compra fosse feita com pagamento à vista, o valor seria R\$ 900.000. A empresa incorreu, adicionalmente, em custos para formalização da compra no valor de R\$ 20.000. O imóvel será destinado para obtenção de renda por meio do aluguel. No final do ano de 2022, o valor justo desse terreno era de R\$ 1.040.000.

Com base nas informações apresentadas, o tratamento contábil para o terreno adquirido deve ser classificado como

- a) Propriedade Para Investimento (PPI) e reconhecida inicialmente pelo valor de R\$ 1.020.000. Na mensuração subsequente, a empresa pode optar por mensurar a propriedade ao valor justo (R\$ 1.040.000) ou manter ao custo de aquisição (R\$ 1.020.000).
- b) imobilizado e reconhecido inicialmente pelo valor de R\$ 920.000. Na mensuração subsequente, a empresa deve manter a propriedade ao custo de aquisição (R\$ 920.000).
- c) Propriedade Para Investimento (PPI) e reconhecida inicialmente pelo valor de R\$ 920.000. Na mensuração subsequente, a empresa deve manter a propriedade ao valor justo (R\$ 1.040.000).
- d) Propriedade Para Investimento (PPI) e reconhecida inicialmente pelo valor de R\$ 920.000. Na mensuração subsequente, a empresa pode optar por mensurar a propriedade ao valor justo (R\$ 1.040.000) ou manter ao custo de aquisição (R\$ 920.000).
- e) imobilizado e reconhecido inicialmente pelo valor de R\$ 1.020.000. Na mensuração subsequente, a empresa deve manter a propriedade ao custo de aquisição (R\$ 1.020.000).

92. Em 01/07/2020, uma sociedade empresária adquiriu um carro por R\$ 100.000 para realizar o transporte de seu diretor. A vida útil estimada do carro era de cinco anos e a empresa não considerava valor residual. O carro era depreciado pelo método de linha reta.

Em 01/01/2022, a sociedade empresária resolveu colocar o carro à venda. Na data, o valor justo estimado do carro era de R\$ 80.000 e as despesas da venda de R\$ 15.000.

Em 01/01/2022, o carro deve ser contabilizado no balanço patrimonial como Ativo não Circulante mantido para Venda pelo seguinte valor:

- a) R\$ 65.000.
- b) R\$ 70.000.
- c) R\$ 85.000.
- d) R\$ 95.000.
- e) R\$ 100.000.

93. Uma indústria vendeu um equipamento industrial usado por R\$ 500.000, para pagamento em 24 meses, com juros implícitos de 1,0% ao mês. A transação transcorreu em condições normais de mercado.

Considerando 0,79 como valor aproximado para $1,01^{-24}$, assinale a opção correspondente à contabilização inicial da transação pelo vendedor.

- a) D – contas a receber R\$ 500.000
C – receita de capital R\$ 500.000
- b) D – contas a receber R\$ 500.000
C – receita de juros R\$ 105.000
C – receita de capital R\$ 395.000
- c) D – contas a receber R\$ 500.000
C – juros ativos a transcorrer R\$ 105.000
C – receita de capital R\$ 395.000
- d) D – contas a receber R\$ 500.000
D – juros a receber R\$ 120.000
C – receita de capital R\$ 380.000
- e) D – contas a receber R\$ 500.000
C – juros ativos a transcorrer R\$ 120.000
C – receita de capital R\$ 380.000

94. A empresa de medicamentos ABC adquiriu, pelo valor de \$ 10.000.000, uma pesquisa em andamento da empresa XYZ. Sabe-se a que empresa XYZ havia gastado com a pesquisa \$ 6.000.000,00. O valor justo de um projeto de pesquisa similar no mercado é de 8.000.000,00.

Considerando as informações acima, a ABC deve classificar essa aquisição da seguinte forma:

- a) \$ 10.000.000,00 como despesa;
- b) \$ 10.000.000,00 como intangível;
- c) \$ 8.000.000,00 como intangível e \$ 2.000.000,00 como receita;
- d) \$ 8.000.000,00 como investimento e \$ 2.000.000,00 como goodwill;

e) \$ 8.000.000,00 como intangível e \$ 2.000.000,00 como mais valia.

95. Uma empresa celebrou um contrato com um cliente para construir um navio por R\$ 1.000.000. ao término da construção, haverá uma inspeção realizada por empresa especializada e independente e se os parâmetros de qualidade estabelecidos no contrato forem atingidos ou superados, a empresa que construiu o navio terá direito a bônus adicional de 30% sobre o preço definido no contrato. Levando em consideração seus controles de qualidade no processo produtivo, essa entidade estima que a probabilidade de atingir ou superar a meta é de 70%.

Assim, o valor da contraprestação fixa mais a variável é de:

- a) R\$ 910.000;
- b) R\$ 950.000;
- c) R\$ 1.000.000;
- d) R\$ 1.210.000;
- e) R\$ 1.300.000.

96. O Passivo deve ser classificado como circulante quando:

1. espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
2. está mantido essencialmente com o propósito de ser pago no longo prazo.
3. deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço.
4. a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- b) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- c) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- d) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- e) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

97. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, assinale a alternativa que indique apenas despesas classificadas de acordo com o método da função, em uma empresa industrial.

- a) custo dos serviços prestados e despesas de depreciação
- b) despesas de salários e despesas financeiras
- c) despesas de publicidade e consumo de matérias-primas
- d) despesas de amortização e despesas com perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa
- e) despesas comerciais e despesas administrativas

98. A empresa comercial SS S.A. adquiriu, a prazo, mercadorias para revenda no valor de R\$ 123.000,00. Nesse valor estão embutidos tributos não cumulativos no montante de R\$ 34.000,00. O custo do frete correu por conta do fornecedor, mas a compradora arcou com despesas de seguros para o transporte das mercadorias da fábrica até seu armazém, no valor de R\$ 1.000,00, que serão pagos 10 dias após o recebimento das mercadorias. A operação referida pode ser contabilizada na empresa compradora, conforme o lançamento a seguir

- a) D MERCADORIAS PARA REVENDA 124.000,00
D TRIBUTOS A RECUPERAR 34.000,00
C TRIBUTOS A RECOLHER 34.000,00
C FORNECEDORES 124.000,00
- b) D MERCADORIAS PARA REVENDA 89.000,00
D DESPESAS COM SEGUROS 1.000,00
D TRIBUTOS A RECUPERAR 34.000,00
C FORNECEDORES 124.000,00
- c) D MERCADORIAS PARA REVENDA 90.000,00
D DESPESAS TRIBUTÁRIAS 34.000,00
C FORNECEDORES 124.000,00
- d) D MERCADORIAS PARA REVENDA 123.000,00
D DESPESAS COM SEGUROS 1.000,00
D FORNECEDORES 124.000,00
- e) D MERCADORIAS PARA REVENDA 90.000,00
D TRIBUTOS A RECUPERAR 34.000,00
C FORNECEDORES 124.000,00

99. A Cia. S2 realizou as seguintes operações:

1. comprou mercadorias à vista por R\$ 1.200.000
2. comprou mercadorias à prazo por R\$ 400.000
3. vendeu mercadorias a vista no valor de R\$ 400.000 e a prazo no valor de R\$ 1.200.000

Considerando que o estoque inicial das mercadorias era de R\$ 480.000 e que após o registro dessas operações as mercadorias remanescentes foram avaliadas por R\$ 880.000, assinale o valor do CMV (Custo das Mercadorias Vendidas) e do Lucro Bruto da Cia. S2?

- a) R\$ 480.000 e R\$ 2.0800.000
- b) R\$ 1.200.000 e R\$ zero
- c) R\$ 1.200.000 e R\$ 400.000
- d) R\$ 1.200.000 e R\$ 1.600.000
- e) R\$ 1.600.000 e R\$ 400.000

100. Os dados a seguir foram extraídos da Demonstração de Resultado do Exercício (DRE).

Receita de vendas	185.600
Custo das mercadorias vendidas	63.200
Receita de serviços	42.300
Custo dos serviços prestados	21.900
Impostos sobre vendas	26.400
Impostos sobre serviços	11.200
Provisão para IR	15.300
Devoluções e Abatimentos	9.500

Com base nesses dados, é correto afirmar que a Receita Líquida foi de

- a) \$ 95.700.
- b) \$ 142.800.
- c) \$ 227.900.
- d) \$ 190.300.
- e) \$ 180.800.

101. Uma entidade produz e vende relógios.

Em 01/01/2022, o valor do estoque inicial de relógios era de R\$ 50.000.

No ano de 2022, foram reconhecidos os seguintes custos na produção dos relógios:

Matéria prima: R\$ 250.000

Mão de obra direta: R\$ 100.000

Mão de obra indireta: R\$ 50.000

Aluguel da fábrica: R\$ 40.000

Depreciação da máquina: R\$ 20.000

Energia: R\$ 30.000

Assinale a opção que indica os custos de transformação, considerando que em 31/12/2022, o valor do estoque de relógios era de R\$ 20.000.

- a) R\$ 490.000.
- b) R\$ 240.000.
- c) R\$ 210.000.
- d) R\$ 190.000.
- e) R\$ 150.000.

102. A Industrial S2 iniciou a produção de 12.500 unidades de seu único produto. No final do período, o setor de produção informou que 10.000 unidades foram acabadas e transferidas para o estoque de produtos acabados e 2.500 unidades não foram concluídas. Sabe-se que não existia estoque de produtos acabados e em elaboração no início do período.

Os custos incorridos no período totalizaram R\$ 957.500,00 (R\$500.000,00 de matéria-prima; R\$345.000,00 de mão de obra direta e R\$ 112.500,00 de custos indiretos de produção). Sabe-se que as unidades em elaboração absorveram 100% da matéria-prima, 60% da mão de obra direta e 50% dos custos indiretos de produção.

Com base nas informações apresentadas, marque a opção CORRETA que evidencie o saldo da conta de Produtos em Elaboração:

- a) R\$200.000,00.
- b) R\$157.500,00.
- c) R\$142.500,00.
- d) R\$143.900,00.
- e) R\$158.800,00

103. Uma empresa fabrica e vende seringas. Cada seringa tem custo variável unitário de R\$0,40 e é vendida por R\$1,00. Além disso, a empresa incorre mensalmente nos seguintes custos e despesas fixas:

- Aluguel da fábrica: R\$10.000
- Salários dos funcionários da fábrica: R\$30.000
- Depreciação das máquinas: R\$6.000
- Salários dos representantes de vendas: R\$20.000
- Depreciação dos computadores utilizados pelos representantes de vendas: R\$3.000
- Depreciação do veículo utilizado para entrega: R\$4.000

Assinale a alternativa que indique o ponto de equilíbrio financeiro da empresa em unidades de seringas.

- a) 66.667
- b) 76.667
- c) 78.333
- d) 100.000
- e) 121.667

104. Uma fábrica produz e vende notebooks. Cada notebook é vendido por R\$ 4.000 e incorre em custos de R\$1.600. Ainda, a fábrica reconhece mensalmente custos e despesas fixas de, respectivamente, R\$360.000 e R\$120.000. Em dezembro de X0, a fábrica produziu e vendeu 250 notebooks.

Assinale a opção que indica a margem de segurança da fábrica neste mês.

- a) 20,00%.
- b) 25,00%.
- c) 30,00%.
- d) 35,00%.
- e) 40,00%.

105. A Cia. SS iniciou o exercício social de 2023 sem estoque. Durante o ano de 2023 produziu 250 unidades do produto Y, 30 das quais ficaram estocadas para serem vendidas em 2024. As outras 220 unidades foram vendidas, parte à vista e parte à prazo, sempre pelo valor unitário de R\$ 500.

Os custos de produção e as despesas, no ano de 2023, foram:

- Matéria-prima: R\$ 11.300;
- Mão-de-obra direta: R\$ 26.000;
- Custos indiretos de fabricação: R\$ 15.200;
- Despesas gerais e administrativas: R\$ 16.800;
- Comissões sobre vendas, por unidade: 10% do valor de venda.

O valor do estoque, no final do exercício de 2023, e o custo de cada unidade produzida no período, de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil é, respectivamente, de

- a) R\$ 3.600 e R\$ 220.
- b) R\$ 5.520 e R\$ 184.
- c) R\$ 6.300 e R\$ 210.
- d) R\$ 6.300 e R\$ 250.
- e) R\$ 9.639 e R\$ 321.

DIREITO TRIBUTÁRIO II

Fábio Dutra

106. Considerando as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023 na Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

- a) O IBS será instituído por lei ordinária de cada ente federativo, permitindo alíquotas diferenciadas entre os Estados e Municípios.
- b) O IBS incidirá cumulativamente em cada etapa da cadeia produtiva, sem possibilidade de compensação de créditos.

c) As exportações serão tributadas pelo IBS, garantindo igualdade de tratamento entre o mercado interno e externo.

d) O IBS terá legislação única e uniforme em todo o território nacional, com alíquotas fixadas por cada ente federativo.

e) O IBS integrará sua própria base de cálculo e a dos demais tributos sobre ele incidentes.

107. Sobre a Emenda Constitucional nº 132/2023 e as novas disposições sobre a CBS, prevista no art. 195, V, da CF, assinale a alternativa errada.

a) A contribuição sobre bens e serviços será não cumulativa.

b) A contribuição sobre bens e serviços integrará sua própria base de cálculo e poderá integrar a de outros tributos.

c) A alíquota da contribuição sobre bens e serviços será fixada por lei ordinária.

d) A contribuição sobre bens e serviços não incidirá sobre operações de exportação.

e) Aplica-se à contribuição sobre bens e serviços o disposto sobre não cumulatividade do IBS.

108. De acordo com as novas disposições constitucionais introduzidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, assinale a alternativa correta sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.

a) O Fundo será constituído exclusivamente por recursos dos Estados e do Distrito Federal.

b) O objetivo do Fundo é reduzir as desigualdades regionais e sociais, mediante entrega de recursos da União aos Estados e ao Distrito Federal.

c) Os recursos do Fundo poderão ser utilizados livremente pelos Estados, sem necessidade de priorização de projetos específicos.

d) A aplicação dos recursos não precisa considerar critérios de sustentabilidade ambiental.

e) O Fundo destina-se apenas ao financiamento de projetos de infraestrutura urbana.

109. Considerando as alterações na Constituição Federal promovidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, julgue as assertivas abaixo e assinale a sequência correta.

I. A contribuição para custeio do serviço de iluminação pública poderá ser utilizada para financiar sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.

II. A imunidade tributária prevista para entidades religiosas estende-se às suas organizações assistenciais e beneficentes.

III. O Imposto sobre Bens e Serviços não incidirá sobre prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.

a) V, V, F

b) V, F, V

c) F, V, V

d) V, V, V

e) F, F, V

110. Assinale a alternativa incorreta acerca do imposto seletivo previsto na Emenda Constitucional nº 132/2023.

a) O imposto seletivo incidirá uma única vez sobre o bem ou serviço.

b) Não integrará sua própria base de cálculo.

c) Poderá ter o mesmo fato gerador e base de cálculo de outros tributos.

d) Incidirá sobre operações com energia elétrica e telecomunicações.

e) As alíquotas serão fixadas em lei ordinária e poderão ser específicas ou ad valorem.

111. Com base na Emenda Constitucional nº 132/2023, sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), é correto afirmar que:

a) Compete ao Estado onde está localizado o doador proceder à cobrança do ITCMD, no caso de bem imóvel.

b) O ITCMD poderá ser progressivo em razão do valor do quinhão ou da doação.

c) Não incidirá sobre transmissões e doações para instituições sem fins lucrativos de relevância pública e social.

d) Não incidirá sobre a transmissão de bens localizados no exterior.

e) O ITCMD poderá ser instituído por meio de lei ordinária municipal.

112. Sobre a responsabilidade do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, de acordo com a Emenda Constitucional nº 132/2023, assinale a alternativa correta.

a) O Comitê Gestor será composto exclusivamente por representantes da União.

b) Terá competência para arrecadar o IBS e distribuir o produto da arrecadação entre os entes federativos.

c) Poderá editar regulamentos individualizados para cada Estado e Município.

d) Não possui independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

e) Suas deliberações não dependem de aprovação conjunta dos Estados e Municípios.

113. Com base nas alterações constitucionais promovidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, assinale a alternativa incorreta sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

- a) O IPVA poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e do valor do veículo.
- b) Não incidirá sobre aeronaves agrícolas e de operadores certificados para prestar serviços aéreos a terceiros.
- c) O IPVA não poderá ser progressivo em razão do valor do veículo.
- d) Incidirá sobre veículos automotores terrestres, aquáticos e aéreos.
- e) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir o IPVA.

114. A respeito das imunidades tributárias após a Emenda Constitucional nº 132/2023, assinale a alternativa correta.

- a) A imunidade das entidades religiosas não se estende às suas organizações assistenciais e beneficentes.
- b) A empresa pública prestadora de serviço postal não goza de imunidade tributária.
- c) A vedação de instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos entes federativos não se estende às autarquias.
- d) As imunidades não se aplicam aos tributos incidentes sobre serviços de telecomunicações.
- e) Os institutos científicos e tecnológicos sem fins lucrativos gozam de imunidade tributária em relação ao ITCMD.

115. Considerando a Emenda Constitucional nº 132/2023, assinale a alternativa correta sobre o tratamento tributário das microempresas e empresas de pequeno porte.

- a) As microempresas e empresas de pequeno porte não poderão optar por recolher o IBS fora do Simples Nacional.
- b) A lei complementar definirá tratamento diferenciado e favorecido para essas empresas, inclusive regimes especiais do IBS.
- c) O tratamento diferenciado previsto na Constituição não abrange as contribuições sociais.
- d) Ao optar pela inclusão do IBS no Simples, a empresa poderá apropriar créditos do IBS normalmente.
- e) As parcelas do IBS relativas às microempresas serão cobradas pelo regime comum de tributação.

116. No que tange ao imposto seletivo instituído pela Emenda Constitucional nº 132/2023, julgue as assertivas abaixo e assinale a sequência correta.

- I. O imposto seletivo não incidirá sobre as exportações.
 - II. As alíquotas do imposto seletivo serão fixadas em lei complementar.
 - III. O imposto seletivo incidirá uma única vez sobre o bem ou serviço.
- a) V, F, V
 - b) F, V, F
 - c) V, F, F
 - d) V, V, V
 - e) F, F, V

117. Com base na Emenda Constitucional nº 132/2023, sobre a incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), assinale a alternativa correta.

- a) A base de cálculo do IPTU poderá ser atualizada pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal.
- b) O IPTU não poderá ter alíquotas diferenciadas em função da localização e do uso do imóvel.
- c) A competência para instituir o IPTU é dos Estados.
- d) O IPTU incide apenas sobre todo imóvel urbano.
- e) A progressividade do IPTU em razão do valor do imóvel é vedada.

118. Acerca das disposições transitórias introduzidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, assinale a alternativa correta.

- a) A transição para os novos tributos deverá ocorrer imediatamente após a promulgação da Emenda.
- b) Durante o período de transição, as alíquotas do IBS serão fixadas exclusivamente pela União.
- c) Os saldos credores relativos ao ICMS existentes ao final de 2032 serão perdidos pelos contribuintes.
- d) Os benefícios fiscais relativos ao ICMS não serão reduzidos durante o período de transição.
- e) A partir de 2033, estarão extintos o ICMS e o ISS, sendo substituídos pelo IBS.

119. Considerando a Emenda Constitucional nº 132/2023, julgue as assertivas abaixo e assinale a sequência correta.

- I. O Comitê Gestor do IBS terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.
- II. As deliberações do Comitê Gestor serão aprovadas com maioria simples dos votos.
- III. O controle externo do Comitê Gestor será exercido pela União.

- a) V, F, F
- b) V, V, F

- c) V, F, V
- d) F, V, V
- e) F, F, F

120. A respeito das novas disposições sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) após a Emenda Constitucional nº 132/2023, assinale a alternativa correta.

- a) O ITR passa a ser de competência dos Estados.
- b) O ITR incidirá sobre propriedades urbanas não edificadas.
- c) As alíquotas do ITR poderão ser progressivas em razão do valor do imóvel.
- d) A competência tributária do ITR será partilhado entre União e Municípios, conforme previsto em lei complementar.
- e) O ITR não sofreu alterações com a Emenda Constitucional nº 132/2023.

121. Considerando as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, assinale a alternativa incorreta sobre as alíquotas de referência do IBS.

- a) As alíquotas de referência serão fixadas por resolução do Senado Federal.
- b) As alíquotas de referência serão aplicadas se outra não houver sido estabelecida pelo ente federativo.
- c) Qualquer alteração na legislação federal que reduza ou eleve a arrecadação do IBS deve ser compensada pela alteração das alíquotas de referência.
- d) As alíquotas de referência serão as mesmas para todos os entes federativos, sem possibilidade de variação.
- e) A fixação das alíquotas de referência visa preservar a arrecadação das esferas federativas.

122. Sobre as regras de transição para os novos tributos, conforme a Emenda Constitucional nº 132/2023, assinale a alternativa correta.

- a) A partir de 2029, será revogado o art. 195, I, "b", da CF/88, que prevê a contribuição de seguridade social sobre receita ou faturamento.
- b) Em 2026, o IBS será cobrado à alíquota estadual de 1%.
- c) Em 2026, o IBS será cobrado à alíquota estadual de 0,5%.
- d) A arrecadação do IBS em 2026 não observará as vinculações e destinações previstas na Constituição.
- e) Os saldos credores do ICMS não poderão ser compensados com o IBS.

123. Com base na Emenda Constitucional nº 132/2023, assinale a alternativa incorreta sobre a devolução do IBS a pessoas físicas.

- a) A devolução visa reduzir as desigualdades de renda.
- b) Lei complementar disporá sobre as hipóteses de devolução.
- c) A devolução não será considerada nas bases de cálculo de repartição de receitas.
- d) A devolução será obrigatória nas operações de fornecimento de energia elétrica ao consumidor de baixa renda.
- e) A devolução será considerada na base de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios.

124. Sobre a manutenção do diferencial competitivo da Zona Franca de Manaus após a Emenda Constitucional nº 132/2023, assinale a alternativa correta.

- a) O diferencial competitivo será mantido apenas até 2032.
- b) As leis instituidoras do IBS estabelecerão mecanismos para manter o diferencial competitivo sem necessidade de contrapartidas.

c) Lei complementar instituirá Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas, que será constituído com recursos da União e por ela gerido, com a efetiva participação do Estado do Amazonas na definição das políticas, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento e a diversificação das atividades econômicas no Estado.

d) Para assegurar o diferencial competitivo da ZFM, serão utilizados, cumulativamente, instrumentos fiscais, econômicos ou financeiros.

e) O Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas será constituído com recursos do Estado.

125. Sobre os princípios gerais do Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa errada.

- a) As taxas não podem ter base de cálculo própria de impostos.
- b) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.
- c) O sistema tributário deve observar, entre outros, os princípios da simplicidade, transparência e justiça tributária.
- d) As alterações na legislação tributária devem obrigatoriamente eliminar efeitos regressivos.
- e) A administração tributária pode identificar o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte, respeitados os direitos individuais.

126. Sobre as disposições referentes ao imposto seletivo, conforme a Emenda Constitucional nº 132/2023, assinale a alternativa correta.

- a) O imposto seletivo integrará a base de cálculo do IBS.
- b) Incidirá em cada etapa da cadeia produtiva, valendo-se o princípio da não cumulatividade.
- c) Poderá ter o mesmo fato gerador e base de cálculo de outros tributos.
- d) As alíquotas do imposto seletivo serão uniformes para todos os produtos.
- e) O imposto seletivo incidirá sobre as exportações de bens e serviços.

127. Considerando as competências tributárias após a Emenda Constitucional nº 132/2023, assinale a alternativa correta sobre o imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA).

- a) O IPVA incidirá sobre aeronaves agrícolas.
- b) Os Municípios têm competência para instituir o IPVA sobre veículos licenciados em seu território.
- c) O IPVA poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e do impacto ambiental dos veículos.
- d) O IPVA não incidirá sobre veículos automotores aéreos.
- e) O produto da arrecadação do IPVA pertence exclusivamente aos Estados.

128. Acerca das disposições transitórias introduzidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, analise as assertivas a seguir e assinale a sequência correta.

- I. Os saldos credores do ICMS existentes ao final de 2032 poderão ser aproveitados pelos contribuintes.
- II. Os benefícios fiscais relativos ao ICMS serão reduzidos gradualmente durante o período de transição.

III. A partir de 2033, estarão extintos o ICMS e o ISS, sendo substituídos pelo imposto sobre bens e serviços.

- a) F, V, V
- b) V, F, V
- c) F, F, V
- d) V, V, F
- e) V, V, V

129. Sobre a repartição das receitas tributárias após a Emenda Constitucional nº 132/2023, assinale a alternativa errada.

- a) A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal 10% do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados e do imposto seletivo.
- b) Os Municípios receberão 25% do produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.
- c) Os Estados entregarão aos Municípios 25% dos recursos que receberem da CIDE-Combustíveis.
- d) É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega dos recursos atribuídos aos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- e) Os critérios de rateio dos fundos de participação serão estabelecidos em lei complementar.

130. Sobre as competências tributárias da União, assinale a alternativa errada.

- a) Compete à União instituir imposto sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.
- b) Compete à União instituir impostos extraordinários na iminência de guerra externa.
- c) Compete à União instituir imposto sobre grandes fortunas.
- d) Compete à União instituir imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro.
- e) Compete à União instituir imposto sobre serviços de qualquer natureza.

GESTÃO E LIDERANÇA NO SETOR PÚBLICO*Stefan Fantini*

131. Em determinada organização, o administrador se baseia na teoria situacional de Hersey e Blanchard para liderar seus subordinados.

Seguindo essa teoria, ao reconhecer que possui subordinados altamente capacitados e desmotivados, o administrador deve assumir o estilo de liderança chamado de

- a) dirigir
- b) persuadir
- c) orientar
- d) delegar
- e) participar

132. João das Neves, funcionário da organização SF123, foi promovido a gerente. A promoção foi muito mal aceita pelos demais membros da equipe, que não acreditavam que ele tinha mérito para ser promovido a gerente. A equipe desempenha tarefas desestruturadas e trabalha sem qualquer meta definida. João das Neves, enquanto novo gerente, não terá qualquer autonomia para recompensar o bom desempenho dos subordinados, e nem poderá solicitar substituições de funcionários que não apresentem bons resultados.

Na situação descrita, de acordo com a teoria da liderança contingencial de Fiedler, o estilo de liderança mais eficaz será o:

- a) orientado para o relacionamento;
- b) persuasivo;
- c) orientado para a tarefa.
- d) transformacional;
- e) diretivo;

133. Conforme a teoria de Maslow, as necessidades de autorrealização estão relacionadas à realização potencial do indivíduo e, por isso, encontram-se:

- a) na base da pirâmide de Maslow
- b) no meio da pirâmide de Maslow
- c) abaixo das necessidades sociais
- d) no topo da pirâmide de Maslow
- e) logo após as necessidades fisiológicas

134. De acordo com Bruce Tuckman, durante o seu desenvolvimento os grupos passam por 05 fases diferentes, são elas, respectivamente:

- a) normatização, desempenho, adiamento, formação e turbulência.
- b) turbulência, normatização, formação, desempenho e interrupção.
- c) turbulência, normatização, desempenho, formação e interrupção.
- d) formação, turbulência, normatização, desempenho e interrupção.
- e) formação, turbulência, desempenho, adiamento e normatização.

135. De acordo com Kurt Lewin, o processo de mudança organizacional é composto, necessariamente, pelas seguintes fases sequenciais:

- a) Senso de urgência, comunicação, mudança.
- b) Mudança, descongelamento e comunicação.
- c) Descongelamento, comunicação, mudança.
- d) Descongelamento, mudança, recongelamento.
- e) Mudança, comunicação, recongelamento.

136. Para o Guia PMBOK, projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado único/exclusivo. Segundo o Guia, os principais tipos de Escritório de Gerenciamento de Projetos são:

- a) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Suporte, de Controle, de Resultado.
- b) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Controle, de Organização, de Finalização.
- c) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Suporte, de Controle, Diretivos.
- d) Escritório de Gerenciamento de Projetos Pequeno, Médio, Alto.
- e) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Implantação, de Controle, de Planejamento.

137. Os processos que entregam valor diretamente aos clientes são conhecimentos como processos:

- a) primários
- b) secundários
- c) de suporte
- d) de apoio
- e) gerenciais

138. O modelo de gestão que permite maior autonomia e flexibilidade para o gestor público é o (a):

- a) Patrimonialista.
- b) Burocrático.
- c) Gestão para Resultados.
- d) Administração Clássica.
- e) Organização Formal.

139. O governo eletrônico consiste na utilização, pelo governo, das ferramentas de tecnologia de informação e comunicação (TIC), com os objetivos de, EXCETO:

- a) democratizar o acesso à informação (inclusão digital);
- b) modernizar a máquina pública;
- c) aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços públicos;
- d) permitir menor participação popular do cidadão na gestão pública;
- e) aumentar a transparência, o controle social e a accountability

140. O tipo de *accountability* que ocorre quando os cidadãos controlam as ações dos governantes por meio do referendo, do plebiscito, do voto, ou então mediante o exercício do controle social, é chamada de:

- a) *accountability* vertical
- b) *accountability* societal
- c) *accountability* horizontal
- d) *accountability* social
- e) *accountability* integrada

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
